

# TRÊS IMAGENS DE LUCIANO DE SAMÓSATA NO SÉCULO XVIII PORTUGUÊS

EDUARDO SINKEVISQUE\*

Universidade de São Paulo

*Resumo.* O texto trata das três traduções portuguesas do século XVIII do *Como se escreve a história*, de Luciano de Samósata (séc. II d.C.), preparadas por Frei Jacinto de São Miguel (1733), Frei Manoel de Santo Antonio (1733) e Custódio José de Oliveira (1771); de seus ambientes letrados, de seus círculos políticos e de alguns de seus usos. As traduções setecentistas em questão propõem Lucianos diferentes. Um Luciano discreto (amável); um Luciano entendido (útil) e um Luciano instrutor público (voltado para o “curioso leitor”). Neste sentido, cada tradução estudada pode ser lida como uma efrase, uma imagem de Luciano de Samósata, composta como *auctoritas*, segundo critérios e usos propostos por intermédio dos tradutores e por meio de suas relações de interlocução.

*Palavras-Chave.* Recepção da Antiguidade; retórica; tradução; como se escreve a história; Luciano de Samósata.

*D.O.I.* 10.11606/issn.2358-3150.v19i1p132-151

QUANDO PREPAREI MEU LIVRO (INÉDITO) COM AS TRÊS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO SÉCULO 18 DO *Como se escreve a história*, de Luciano de Samósata (séc. 2 d.C.), feitas por Frei Jacinto de São Miguel (1733), Frei Manoel de Santo Antonio (1733) e Custódio José de Oliveira (1771), acompanhadas de estudo introdutório, índices e notas adicionais, constatei que, embora setecentistas, as duas primeiras constituem duas imagens de Luciano diferentes entre si e muito diferentes da imagem da terceira tradução.<sup>1</sup> Digo embora, pois traduções contemporâneas umas das outras, sendo que as duas primeiras são da primeira metade do século 18, em condições de produção muito diferentes da terceira, datada da segunda metade do século.<sup>2</sup> Essas entre outras implicações serão objetos de minha fala hoje.

\* Doutor em Letras (Literatura Brasileira) pela Universidade de São Paulo.

\*\* Artigo recebido em 05.ago.2015 e aceito para publicação em 31.out.2015.

<sup>1</sup> E. Sinkevisque. *Luciano de Samósata: três traduções portuguesas do século XVIII do “Como se deve escrever a história”*. Transcrição, atualização ortográfica, estabelecimento dos textos, notas adicionais, índice onomástico, índice de matérias e estudo introdutório por Eduardo Sinkevisque. Prefácio de Jacyntho Lins Brandão (inédito). Tomo como base para este texto o estudo introdutório da edição preparada por mim das traduções portuguesas do século 18 do texto de Luciano.

<sup>2</sup> Luciano 1733, 1771.

Ocorre que, livro pronto, ao ser convidado pelo Professor Paulo Martins a vir falar aqui, ao escrever o resumo de minha palestra, pensei: ao pressupor o conceito de *ecfrase* como descrição/evidenciação vivaz, com olhos incorpóreos, de objeto não necessariamente empírico, de matéria ou coisa não necessariamente acontecida, posso interpretar, por homologia, afinidade ou semelhança de conceito, as três imagens setecentistas de Luciano como espécies de *ecfrases* do polígrafo de Samósata.

Neste sentido, forjam-se, no século 18 português, três Lucianos de Samósata: *discreto (amável)*, *entendido (útil)* e *instrutor público* (voltado para o curioso leitor). Técnica aplicada à *auctoritas* Luciano por letrados setecentistas por meio do uso de tópicos epidícticos de pessoa / caráter, como etopéias continuadas, acumuladas, portanto etopéias alegorizadas. Esse uso das tópicas amplifica Luciano, mais do que o traduz.

Como demonstra João Adolfo Hansen,

nos *progymnasmata*, (...) *ékphrasis* (de *phrazô*, “fazer entender”, e *ek*, “até o fim”) significa “exposição” ou “descrição”, associando-se às técnicas de amplificação de tópicas narrativas, composição de etopéias e exercícios de qualificação de causas deliberativas, judiciais e epidícticas.

Hansen propõe que, quanto a *enargeia* ou *evidentia*,

é preciso especificar o que é a *opsis*, a visão do “pôr sob os olhos” das definições de *ékphrasis* de Aélio Theon, Aftônio, Hermógenes, Filóstrato e Luciano, porque não é a visão realista ou naturalista das nossas histórias literárias e histórias da arte (...). Aristóteles qualifica o efeito de *enargeia* – ao pé da letra, “vividez”, como se vê no advérbio *enargos* (“vididamente”) – como *pro ommaton*, “na frente do olho”, propondo que as metáforas de ação impressionam mais, pois com elas o orador faz o evento narrado ocorrer como se os ouvintes o estivessem vendo.

Discutindo o texto *Schemata Dianoemas*, Hansen mostra como Júlio Rufiniano, citando Quintiliano, define a *enargeia* da *ékphrasis* como

imaginação, que expõe o ato aos olhos incorpóreos e se faz de três modos: com pessoa, com lugar e com tempo. Com pessoa [interesse da minha hipótese], quando chamamos o ausente como se estivesse presente (...). Com lugar, quando aquilo que não está na nossa visão demonstramos como se o víssemos (...). Com tempo, quando usamos o presente como passado. (...) Também Prisciano, no livro 17 dos *Praeexercitamina Prisciani Grammatici Ex Hermogene Versa*, define *descriptio*. A descrição é enunciado que reúne e apresenta aos olhos o que demonstra.<sup>3</sup>

Para demonstração de minha hipótese, leio os paratextos das edições, dedicatórias, prólogos, censura, licenças, comentando a constituição dos

<sup>3</sup> Hansen 2007, 94.

destinatários textuais/empíricos delas, as circunstâncias e ocasiões dos três trabalhos, a circulação das traduções em seus ambientes letrados/políticos.

Trato e não trato de Luciano de Samósata, pois não me ocupo de Luciano empírico, original, naturalizado, mas de Luciano pertencente ao longo costume letrado construído, desde a época bizantina, em torno desse nome. Atenho-me a três Lucianos diferentes, oferecidos a diferentes tipos de leitores setecentistas. O primeiro Luciano foi constituído, no século 18, “discreto”, “amável” e “dogmático”. O segundo, “entendido”, “útil”, “agudo” e “discreto”, enquanto que o terceiro foi constituído “instrutor público”. Dois desses lucianos são estabelecidos, a partir das traduções, por meio de relações de mecenato, ao passo que o terceiro se dá por meio da política portuguesa das mercês.

Mecenato e mercê podem ser definidos como subespécies da política clientelista dos favores. Mecenato é o patrocínio dos letrados dispensado por um poderoso. No caso de Pombal, a quem Custódio José de Oliveira oferece sua tradução de Luciano, é um modo de cooptação dos letrados no programa anti-jesuítico. Na sociedade de Antigo Regime, o mecenato inclui a mercê, mas nem toda mercê pressupõe o mecenato. Assim, por exemplo, o poderoso, como Mecenas, encomenda um poema para a circunstância x ou y e, em pagamento, faz ao letrado uma mercê, que pode ser dinheiro, um título, uma roupa nova, um favor etc. Ao mesmo tempo, faz-se a mercê como uma doação, uma dotação, um favor também para pessoas que não são letradas. Em todos os casos se fazem mercês, mas a mercê que ocorre na relação de mecenato é específica da relação do protetor/protegido. Basílio da Gama foi preso porque aluno dos jesuítas. Quando Maria Amália, a filha de Pombal, casou-se, escreveu um epitalâmio para ela (*Epitalâmio da Excelentíssima Senhora D. Amália*, 1769). Pombal gostou do poema, mandou soltá-lo e o fez secretário particular. Logo depois, Basílio da Gama escreveu *O Uruguay*, como pagamento, talvez, e continuou protegido dele. Os favores parecem ser mais fluidos e mais perversos, particularizados nas nomeações, no resultado das causas judiciais etc. Não há a necessidade do pagamento direto do trabalho, mas o trabalho é patrocinado pelo elogiado. Penso no patrocínio das edições impressas dos textos, no pagamento das edições nas oficinas tipográficas do reino, ou no oferecimento de dinheiro para tipografias eclesiásticas, bancando os custos de impressão.<sup>4</sup> Caso, por exemplo, das traduções de Frei Jacinto de São Miguel e de Frei Manoel de Santo Antônio.

Todos os três Lucianos foram considerados úteis por seus tradutores, editores e homenageados nas (e por meio das) primeiras edições.

<sup>4</sup> Sobre mecenato, cf. Teixeira 1999. Sobre a política das mercês, cf. Olival 2001. Além deste trabalho de Olival, vejam-se os estudos de Antônio Manuel Hespanha (1993, 2000).

As traduções em questão foram dirigidas, basicamente, a letrados da nobreza, de academias, a padres, censores, alunos de escolas secundárias e universitárias, círculos educacionais, portanto círculos políticos portugueses do século 18.

O primeiro texto de Luciano de Samósata traduzido para a língua portuguesa, ao que se saiba, foi o *Como se escreve a história*. No século 18, em Portugal, houve três traduções do texto. Duas dessas traduções são datadas de 1733. Impressas lado a lado, em uma mesma edição, foram empreendidas, em diferentes versões, pelos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio. A terceira tradução foi impressa em 1771, junto da tradução do *Sublime*, obra atribuída a Dionísio Longino. Custódio José de Oliveira é o tradutor desses textos editados em conjunto. A tradução de Custódio José de Oliveira do *Como se escreve a história* foi reeditada, no século 19, corrigida e acrescida de notas.<sup>5</sup> Nos anos 1980, Maria Leonor Carvalhã Buescu preparou uma nova edição da tradução de Custódio José de Oliveira do *Tratado do Sublime*, com atualização do texto e com um estudo introdutório, sem reeditar o texto de Luciano.<sup>6</sup>

Estudos sobre as traduções setecentistas do texto de Luciano são, contudo, escassos. Com exceção de duas versões parciais e iniciais, ainda não publicadas, desta palestra, conheço apenas o artigo de Jacyntho Lins Brandão sobre Luciano traduzido no século XVIII português.<sup>7</sup> Em dezembro de 2010, publiquei a tradução de Frei Jacinto de São Miguel, acompanhada de um artigo sobre os três artefatos, objetos de minha palestra hoje.<sup>8</sup> Antes disso, porém, Aníbal Fernandes e Américo da Costa Ramalho ocuparam-se das traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio e da tradução de Custódio de Oliveira em diferentes trabalhos.<sup>9</sup>

As circunstâncias e ocasiões políticas e os ambientes letrados das três traduções setecentistas do *Como se escreve a história*, aqui discutidas, são diferentes, embora pertencentes a um mesmo século. Aspectos que corro-

<sup>5</sup> Luciano 1804.

<sup>6</sup> Oliveira 1984.

<sup>7</sup> Brandão 2008, 2009. O artigo de Brandão também foi apresentado no formato de conferência no XVI Congresso Nacional de Estudos Clássicos (SBEC/2007).

<sup>8</sup> Sinkevisque 2010. Antes disso, apresentei dois trabalhos, versões primeiras do trabalho anteriormente referido, sobre esses artefatos setecentistas. Trata-se de "Três traduções portuguesas do *Quo modo historia*, de Luciano de Samósata: contribuição para os estudos de recepção" na SBEC/2007 e "O *Quo modo historia* de Luciano de Samósata: três traduções portuguesas do século XVIII" na ANPUH-Nacional/2007. Sobre Luciano, apresentei trabalhos em 2008 e 2009. Cf. E. Sinkevisque. "Luciano de Samósata *auctoritas* de Agostino Mascardi no *Dell'arte historica*". (ANPUH-MG/2008). Cf. E. Sinkevisque. "O estilo médio em *Como se deve escrever a história* de Luciano" (GIPSA/2009).

<sup>9</sup> Cf. Fernandes 1981, Luciano 1989.

boram também para diferentes tipos de usos do texto de Luciano. Não me valho da categoria contexto aplicada às traduções estudadas, pois penso que, no século XVIII, as categorias circunstância e ocasião são categorias retóricas, portanto mais adequadas às práticas letradas em questão. A categoria lingüística contexto não é pensada no século XVIII no sentido positivado como o século XX a pensou, portanto inoperante às traduções portuguesas setecentistas de Luciano.

Convém lembrar que o lugar institucional das traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio é patrocinado pelo 4º Conde da Ericeira, um dos representantes hierárquicos de D. João V, “rei querido pela providência para guiar o império português como braço direito de Roma”.<sup>10</sup> Como providência, entenda-se a manifestação da vontade divina entre os homens, que faz da história uma mobilização eficaz para fazer ver a verdade divina. D. João V é rei “magnânimo”, antimauquiavélico, cuja política não se dissocia da ética cristã fundada na prudência, a principal das virtudes nos séculos XVII e XVIII. Uma virtude ético-política da qual os Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio participam.

O mecenas dessas traduções, Francisco Xavier de Menezes foi o 4º Conde da Ericeira, 2º Senhor de Ancião e 8º da Casa de Lourical, entre outros títulos recebidos. Pertenceu ao Departamento da Junta dos três Estados. Foi Conselheiro de guerra, Sargento mor de batalha e Mestre de campo general. Nasceu em Lisboa em 29 de janeiro de 1673. Foi filho do 3º Conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes. Pertenceu à Academia dos Instantâneos, instituída na casa do Bispo do Porto, D. Fernando Correia de Lacerda. Fundou em sua casa a Academia Portuguesa (1717). Foi Protetor e Secretário na Academia da História Portuguesa (1721). Foi nomeado por Mauro Palisto para a Academia da Arcádia. A Academia Real Sociedade de Londres também o nomeou seu “Colega”.<sup>11</sup>

Por outro lado, lembro que as condições de produção da tradução do *Como se escreve a história*, de Custódio de Oliveira circunscrevem-se no reinado de D. José I, cujas políticas do primeiro ministro D. Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, sobressaem. Embora a economia portuguesa de então tenha recebido certo impulso com o governo de D. José I, à época da circulação de Luciano traduzido por Custódio José de Oliveira Portugal enfrenta graves problemas financeiros.

Os eventos mais marcantes, antecedentes à essa tradução, são a reforma do ensino na colônia e metrópole (1758 e 1759); a expulsão dos jesuí-

<sup>10</sup> Hansen 1995b, 42.

<sup>11</sup> Cf. Machado 1931, II, 266.

tas, indiciados como réus no crime de lesa majestade (1759), já na primeira metade dos setecentos; a criação da Real Mesa Censória, em lugar da Inquisição; e a criação do Real Colégio dos Nobres (1761) em local onde antes havia um colégio jesuíta.

O Colégio dos Nobres destinava-se ao ensino da aristocracia, sendo o objetivo principal de sua criação fazer reviver em Portugal as ciências, as letras e as artes, encarecendo as vantagens que todos os estados tiravam com iniciativas desse tipo. No Colégio dos Nobres, os fidalgos portugueses estudavam humanidades e ciências como preparação para dar entrada à Universidade de Coimbra.<sup>12</sup>

A reforma pombalina revitaliza os estudos de grego e de retórica, que passam a ser praticados também na escola secundária, não apenas na universidade, com na época do monopólio jesuíta do ensino. Três eram os objetivos da reforma pombalina dos estudos: fazer com que o controle educacional passasse a ser do Estado, secularizar o ensino e padronizar o currículo. O Padre Custódio José de Oliveira destaca-se como professor e tradutor de grego em um período da história portuguesa com raros professores dessas disciplinas.

Como professor do Real Colégio dos Nobres, Custódio era pago pelo Estado português, tendo sido obrigado a se submeter a exame público para obter sua posição e desfrutar de “privilégios” concedidos aos nobres por direito consuetudinário, como historia Kenneth Maxwell.<sup>13</sup> O pagamento e os privilégios estatais fazem o vínculo irrefutável de Custódio à política de mercês pombalina e não à uma mera relação de mecenato.

Em 1771, data da edição da tradução de Custódio José de Oliveira, o Real Colégio dos Nobres passa a ser fiscalizado pela Real Mesa Censória, que passa a fiscalizar também escolas primárias, secundárias e a Universidade de Coimbra, reduto antigo dos jesuítas. Como propõe Kenneth Maxwell:

a reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformada.<sup>14</sup>

Neste sentido, as traduções de Frei Jacinto de São Miguel e de Frei Manoel de Santo Antônio, do *Como se escreve a história*, são trabalhos realizados durante o monopólio jesuíta do ensino e condicionados por meio da política portuguesa do Antigo Regime, cujo Estado não se separa da Igreja

<sup>12</sup> Sobre o Colégio dos Nobres cf. Carvalho 1959. Sobre as reformas pombalinas do ensino cf. Carvalho 1978.

<sup>13</sup> Cf. Maxwell 1997, 105.

<sup>14</sup> Maxwell 1997, 110.

católica, enquanto que a tradução de Custódio José de Oliveira atende a interesses reformadores iluministas. Tradução que tem como condicionante o processo de laicização do Estado português.

Traduzido para várias línguas, pelo menos desde o século 16, o *Como se escreve a história*, embora mimetize uma *carta*, é um tratado ético-moral. Talvez único dos antigos que preceituam, especificamente, a escrita da *história*. O texto foi lido no século 18 português como uma *carta familiar-negocial*, de gênero *epidítico*, de variante vituperadora.

Um confronto entre as três traduções portuguesas do século 18 do *Como se escreve a história* permite a hipótese de que, embora as traduções respeitem o texto em grego, cada uma delas constitui destinatários diferentes, pois dedicadas duas delas a um mecenas e a terceira tradução a um primeiro Ministro. Além do mais, foram produzidas segundo padrões retóricos diferentes, em ocasiões políticas e em círculos letrados históricos diferentes, visando leitores diferentes. Será preciso distinguir destinatário textual de receptores empíricos, mecenas entre outros, para falar de usos e valores produzidos com o texto, isto é, as três imagens de Luciano entendidas como retratos setecentistas do polígrafo de Samósata.

*Como se escreve a história* mimetiza carta ou epístola. Penso, com Emerson Tin, que não se encontram tratados exclusivos de epistolografia na Antigüidade.<sup>15</sup> As regras do gênero epistolar encontram-se dispersas na correspondência do período. Do século 1 a.C. até o século 4 d.C. podem se encontrar nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e de Caio Júlio Victor menções a cartas e seu fazer. Além, é claro, das cartas de Cícero, Sêneca e de Gregório Nazianzeno.

Os modelos de imitação/emulação de Luciano podem ser identificados por meio da doutrina/preceptiva epistolar encontrada na prática dos filósofos mencionados. Na Antigüidade, a carta é definida, como ressalta Emerson Tin, como um diálogo entre amigos, que deve ser breve e claro.<sup>16</sup>

“A carta é *sermo*, definida por Cícero como fala sobre assuntos próprios entre amigos ausentes”. Como diz Erasmo, o *sermo* deve ser simples. “A relação estabelecida entre o remetente presente e o destinatário ausente é performativa”,<sup>17</sup> pois imita-se fala de pessoa tida como natural (*sermocinatio*).

*Como se escreve a história*, no entanto, não é uma carta nem uma epístola, como disse, mas imitação de carta e/ou imitação de epístola. O critério retórico partilhado com o destinatário textual faz dele, no texto, persona-

<sup>15</sup> Tin 2005, 18.

<sup>16</sup> Tin 2005, 18. Como mostrarei, clareza, ou clareza, é o critério retórico básico para as traduções do F. Manoel de S. Antônio e do Padre Custódio José de Oliveira.

<sup>17</sup> Hansen 2000, 264.

gem sinônimo do “eu” da enunciação, duplicando-o como circularidade de código. Como propõe Hansen, lendo Deissmann ao estudar a correspondência do Padre Antônio Vieira, a carta é sempre particular e refere uma circunstância específica para um destinatário também especificado.<sup>18</sup> No caso, tem-se Fílon como destinatário e a primeira pessoa como remetente especificados, cuja relação de interlocução é constituída entre iguais, amigos. Luciano se remete a um historiador, a um sábio.

Os usos da tópica da amizade remontam a Aristóteles, da *Ética* a Nicômaco, a Sêneca, *Da Tranqüilidade da Alma*, das *Cartas a Lucílio*, e a Cícero dos *Ofícios* e da *Amizade*, por exemplo. Os antigos diferenciam amizade como virtude de amizade como utilidade. Penso que a segunda modalidade da tópica é a aplicada tanto por Luciano quanto pelos leitores setecentistas das traduções das quais me ocupo, porque modalidade política, não apenas mimética ou estilística.

Nos séculos 17 e 18, a tópica da *amizade* é metáfora aristotélico-estóica definida e proveniente de usos de Aristóteles, Sêneca e de Cícero. Reciclada e moralizada, como *concordia*, cujas razões teológico-políticas são análogas na história e na política, na união do corpo místico católico, a tópica da amizade é, neste sentido, operante de unificação, aproximação, concordia, paz.

É nesse sentido que se lê a carta a Fílon das três traduções, mesmo se considerando o âmbito acadêmico das traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio e as circunstâncias políticas do ministério do Marquês de Pombal da tradução do Padre Custódio José de Oliveira.

A epístola não é individualizada, pois dirige-se à coletividade de um público desconhecido ou apenas pressupostamente conhecido. Por exemplo, os leitores empíricos dos círculos letrados em volta do 4º Conde da Ericeira, das duas traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio, e os leitores em torno de Pombal, da tradução do Padre Custódio José de Oliveira. A epístola trata de questões gerais, doutrinárias, de modo dissertativo. No caso, censura historiadores coevos ao texto e trata dos preceitos sobre a escrita da história. A conceituação de Deissmann distingue *diegese* e *mimese* platônicas. A carta é diegética, figurando as pessoas destinador/destinatário; a epístola é mimética, impessoal e anônima em um discurso doutrinário ou didático.

Por me ocupar de três traduções setecentistas de um texto do século 2 d.C., a distinção não é anacrônica. Parece apropriada. Parece, como diz Hansen, manter como nos séculos 16, 17 e 18 se mantém a distinção que as *artes dictaminis* medievais fazem entre correspondência *familiaris* e *nego-*

<sup>18</sup> Hansen 2000.

*tialis*. A carta familiar trata de assuntos particulares segundo artifícios de informalidade, cujo destinatário é convencionado como “familiar”. A carta negocial se ocupa de assuntos de interesse geral, por isso admite a erudição, a dissertação, a locução ornada e a polêmica.<sup>19</sup> Neste sentido, o texto de Luciano das três traduções performatiza os dois subgêneros da correspondência. É mimeticamente familiar, pois se dirige ao amigo, a Fílon, a um particular; mas, se dirige a destinatários não específicos, gerais, não familiares. Estou dizendo, em outras palavras, que há um interlocutor constituído pelo texto, um amigo-sábio, Fílon, por um lado; por outro há destinatários empíricos, vários, constituídos quando das leituras e usos setecentistas do texto.

As traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel de Santo Antônio são chamadas *versões* da *Arte Histórica de Luciano Samosateno*. Foram publicadas em um único volume, lado a lado. A primeira versão ocupa, em sua primeira edição, os fólhos pares, enquanto que a segunda ocupa os fólhos ímpares. As duas versões constam de 111 páginas e de 46 e 44 parágrafos. Elas têm 17 e 19 parágrafos a menos do que o texto base, que tem 63 parágrafos. Essa discrepância na paragrafação ocorre motivada por razões técnicas de tradução que consideram a literalidade do texto base, na tradução de Frei Jacinto de São Miguel; e a adaptação da frase grega à portuguesa, caso de Frei Manoel. O número menor de parágrafos dessas traduções ocorre porque as matérias foram condensadas na disposição/paragrafação, não porque falem matérias, ou as traduções sejam parciais.

As licenças necessárias foram anexadas à edição datada de 1733. São elas: “Licenças do Santo Ofício”, duas; “Licença do Ordinário” e “Licença do Paço”, que podem ser lidas como espécies de recepção dos textos.

A primeira “Licença do Santo Ofício” é assinada pelo Fr. Antônio de Santa Maria. Nela, o Qualificador diz que as traduções despertam nele “um *profundíssimo respeito*” que “suspenderá em todos qualquer escrupulosa Censura”. Conclui seu parecer dizendo que “traduziram fiel, e elegantemente dois Heróis dos maiores de uma Ilustríssima Congregação, donde em virtudes e ciências todos são máximos”.<sup>20</sup>

A segunda “Licença do Santo Ofício” é assinada pelo Fr. Manoel do Espírito Santo. O segundo Qualificador chama os tradutores de “sapientísimos”, produzindo o seguinte parecer:

Obriga-me o preceito de V. Eminência a expor o meu sentimento sobre a tradução, que na Arte Histórica de Luciano Samosateno, fizeram os Reverendíssimos Padres Mestres Fr. Jacinto de São Miguel, e Fr. Manoel de Santo Antônio, ambos por suas relevantes

<sup>19</sup> Cf. A. Deissmann (1923). *Licht vom Osten*. 4ª ed. Tübingen *apud* Hansen 1995a.

<sup>20</sup> Esses e os demais sublinhados das citações são meus.

prendas meretíssimos filhos do grande Patriarca, e Doutor Máximo da Igreja São Jerônimo, na Religiosíssima Congregação deste Reino de Portugal. E se por força da obediência, livre dos estímulos da lisonja, devo cumprir com tão irrefragável preceito, dizendo o que sinto, confesso não é fácil exprimir se os Escritores Portugueses, aplicados nas suas composições, ficam devendo mais a Luciano expondo no idioma Grego as regras para boa, e bem ornada História, do que a estes fidelísimos Tradutores, declarando-as com tanta elegância na nossa língua Lusitana!

Por sua vez a “Licença do Paço” é assinada pelo Fr. Manoel de Sá, que louva os “eruditos Tradutores”.

Ter licenças do Santo Ofício significa que as duas primeiras traduções de Luciano, feitas no século 18, foram lidas por censores do Conselho Geral do Santo Ofício, órgão ligado ao Tribunal do Santo Ofício, entidade jurídica, cujo início de suas práticas, em Portugal, pode ser datado de 1531, durante reinado de D. Manuel I. Embora a Inquisição vá sendo extinta, gradualmente ao longo da segunda metade do século 18, apenas em 1821 ocorre sua extinção em definitivo. O Conselho Geral do Santo Ofício foi criado pelo cardeal D. Henrique em 1569, tendo seu regimento em 1570. Entre as suas competências, saliente-se: a visita aos tribunais dos distritos inquisitoriais para verificar a atuação dos inquisidores, promotores e funcionários subalternos; o cumprimento das ordens e a situação dos cárceres. Competia-lhe a apreciação e despacho às diligências dos habilitandos a ministros e familiares do Santo Ofício; julgar a apelação das sentenças proferidas pelos tribunais de distrito, a concessão de perdão e a comutação de penas, a censura às letras para impedir que entrassem ou circulassem no país livros heréticos, a publicação de índices expurgatórios, as licenças para impressão; caso aplicado à edição das duas primeiras traduções de Luciano.

O *Index* ou *Index Librorum Prohibitorum* era a lista de livros proibidos, cuja circulação tinha de ser controlada pela Inquisição. Os livros autorizados eram impressos com um *imprimatur* (“que seja publicado”) oficial. Assim eram evitadas as introduções de “erros” e heresias que tinham por fim corromper a moral e a fé ou que por descuido o pudessem causar.

Para os dois diferentes textos editados em 1733 foram preparadas 8 notas dos tradutores. Duas notas do primeiro tradutor e 6 notas do segundo tradutor. São notas pontuais que fornecem, basicamente, informações sobre personagens históricas, informações sobre aspectos geográficos e, eventualmente, sobre a grafia de certas palavras.

A edição foi impressa pelo Padre José Henriques, Presbítero do Hábito de S. Pedro, e capelão da Rainha Nossa Senhora. Antes dos textos, encontram-se “Dedicatória”, “Prólogo” e “Censura das Traduções da Arte Histórica de Luciano pelo Conde de Ericeira”. A “Censura” é também uma espécie de recepção dos textos. Por meio dela, D. Francisco Xavier de Me-

nezes não só julga as traduções, autorizando a publicação delas, como se coloca na posição de árbitro de uma contenda. Veja-se parte fundamental do juízo do 4º Conde da Ericeira:

Sou de parecer, que ambas estas versões se imprimam, porque assim se satisfazem dois fins principais, e úteis à República Literária: a tradução literal, porque ainda que pareça ao princípio mais insípida, é a que dá mais propriamente o conhecimento da frase Grega, e aquela colocação que nos pareceu estranha, ou violenta, é um retrato original, e parecido de que os defeitos, ainda que não agradem aos olhos, verificam a semelhança. A versão livre mostra como o retrato, que Apelles fez de Alexandre, que encobrendo-se no meio perfil sem desaire, nem lisonja o adula, nem o desfigura a ousadia da verdade. Nesta tradução se faz Luciano mais discreto, na outra mais entendido: na primeira fica amável, na segunda fica útil: quem pelo costume não quer ouvir senão a harmonia da eloquência, leia a segunda tradução: quem aplicando-se ao sólido, não achar dissonante a estranheza da frase, leia a primeira.

D. Francisco Xavier José de Menezes estabelece um Luciano para cada tradução, como demonstrado no extrato acima e confirmado pelas palavras finais de sua “Censura”:

porém agora que vemos por artífices tão destros executados separadamente os dois estilos de traduzir, quanto tem de Dogmáticos estes preceitos Históricos, ver-se-á na tradução literal; quanto tem de agudos, e de discretos, ler-se-á na tradução livre.

Ou seja, na primeira tradução tem-se um Luciano “discreto”, “amável” e “dogmático”, na segunda tradução trata-se de constituir um Luciano “entendido”, “útil”, “agudo” e “discreto”.

O discreto é um tipo dotado de juízo, diferente do vulgar. É o sujeito da enunciação, destinatário e tema dos discursos; especifica o decoro dos gêneros e estilos, como um tipo ou modelo; produz representações de superioridade. Conforme propõe Hansen, o discreto é

um modelo de representação nas práticas ibéricas dos séculos XVII e XVIII. Define o ideal de excelência humana, segundo a racionalidade de corte das monarquias absolutistas. O tipo do discreto tem a reta razão dos factíveis e dos agíveis. Caracteriza-se pela sagacidade, derivada da perspicácia e versatilidade.<sup>21</sup>

O tipo agudo pode ser entendido como sinônimo de discreto. Nos séculos 17 e 18, trata-se do tipo apto a produzir maravilhas ou agudezas, ou a recebê-las. Maravilha (*mirabile*) é o efeito decorrente dos conceitos engenhosos, peregrinos, distantes, sendo, assim, efeito da agudeza que o juízo e o engenho fabricam. O discurso composto de agudezas é considerado enge-

<sup>21</sup> Cf. Hansen 1997.

noso, maravilhoso. Esse efeito deve afetar a recepção que, comovida, deve aceitar a argumentação, deleitando-se, pateticamente, pois toma o que se disse como verdade, pensando serem seus os ditos e as coisas serem como o orador as proferiu. A maravilha é produtora do caráter e provocadora das paixões apropriadas às circunstâncias de elocução.<sup>22</sup>

Frei Jacinto de S. Miguel, na Dedicatória ao 4º Conde da Ericeira, explica como foram feitas as traduções datadas de 1733:

O referido Padre [Frei Manoel de S. Antônio] verteu do Original a sentença, sem atar-se às palavras, procurando com todas as forças manifestar o pensamento do Autor com as próprias frases da língua Portuguesa, que mais se assemelhassem às expressões da língua Grega (...). [trad. 1/1733].

Em seguida, comenta a tradução de seu irmão de congregação:

“Confesso que o traduzir a sentença dando-lhe o sentido, e explicando com as frases próprias da língua em que se faz a tradução, o pensamento do Original, é obra muito agradável, e útil aos Leitores. Porque se deixam arrebatar da clareza, principal propriedade da oração, e das outras belas qualidades, que a enobrecem. [trad. 1/1733].”

Por sua vez, Frei Jacinto de S. Miguel diz o seguinte sobre a sua tradução [trad. 2/1733]:

Eu de maneira me sujeitei, e me quis atar às palavras, e às frases Gregas, que até os casos dos nomes, os tempos, os modos, e as vozes dos verbos trabalhei por exprimir, quanto pude, na língua Portuguesa. [trad. 2/1733].

A terceira tradução, (trad. 3/1771), nomeia o texto de Luciano *Sobre o Modo de Escrever a História* e de *Tratado de Luciano Sobre o Modo de Escrever a História*. Consta de 131 páginas. Para a primeira edição foi concedida “Licença da Mesa Censória”, mas não impressa junto ao texto.

Receber a licença da Real Mesa Censória significa que a tradução de Luciano, de Custódio José de Oliveira, foi lida por um órgão estatal em plena laicização do Estado português. A Real Mesa Censória foi criada por alvará de 5 de Abril de 1768, durante o governo de Pombal, com o intuito de transferir das mãos da Igreja para o controle direto do Estado a censura dos livros e publicações consideradas perturbadoras em matéria religiosa, política e civil que dessem entrada em Portugal, função esta que até então cabia à Inquisição, como dito acima, aplicando penas pecuniárias e corporais contra os que transgredissem as regras.

<sup>22</sup> Cf. Tesouro 1986, 7.

Com a criação da Real Mesa Censória ocorre uma centralização de toda a função de censura, composta por funcionários régios e membros eclesiásticos, embora estes últimos desempenhassem a sua função dentro de uma instituição do Estado. A Real Mesa Censória teve também a seu cargo, por alvará de 4 de Junho de 1771, data também da terceira tradução de Luciano, a administração dos estudos das Escolas Menores e a direção do Real Colégio dos Nobres e outros colégios vocacionados para os estudos das crianças, ao mesmo tempo que elaborou as listas dos professores e das terras onde iriam ser colocados, tendo criado para sua remuneração um novo imposto (subsídio às letras) por alvarás de 3 de agosto de 1772 e de 6 e 11 de novembro de 1772. A Real Mesa Censória foi extinta em 21 de junho de 1787 e substituída pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.

As diferenças entre as licenças obtidas para publicação das três traduções portuguesas setecentistas do *Como se escreve a história* são significativas, pois indicam não apenas modos de receber diferentemente o texto, mas que as traduções circulam com a “chancela” marcadamente eclesiástica, caso das traduções datadas de 1733, e com a “chancela” do Estado português em processo de laicização, caso da tradução datada de 1771.

Como propõe Kenneth Maxwell:

Em Portugal, a Real Mesa Censória (...) fora planejada para fornecer um mecanismo destinado a secularizar o controle e as proibições religiosas que de longa data haviam governado a introdução de novas idéias (...). Desse modo, a Real Mesa Censória substituiu a Inquisição e tornou-se o juiz do que se supunha aceitável para o público leitor português.<sup>23</sup>

A tradução de Custódio José de Oliveira, presbítero do Hábito de S. Pedro e Professor Régio de grego em Lisboa, contém “Dedicatória” e “Prólogo”, mas não há nenhuma censura ou juízo do homenageado, como nas traduções anteriores. O tradutor se coloca na posição de “o mais reverente criado” de Pombal, a quem chama de Vossa Excelência.

Custódio José de Oliveira, valendo-se da modéstia afetada (antiga tópica da humildade), define, no “Prólogo” da edição de 1771, sua tradução do texto, a qual diz objetivar a “instrução pública”, como um

inestimável instrumento daquelas felicidades, este Tratado, o qual a pesar do que pôde perder da sua beleza na minha tradução, é fielmente traduzido, e é escrito sobre os maiores modelos, que produziu a Antigüidade, como os Heródotos, os Tucídides, Xenofontes: modelos, a quem os mais sábios modernos sempre quiseram imitar, e nunca excederam.

<sup>23</sup> Maxwell 1997, 100.

Depois esclarece que trabalhou para “expor na nossa língua com clareza, e propriedade os pensamentos de Luciano”. Afirma crer que,

se consegui isto, haver servido em muito à nossa Nação, em cuja utilidade firmo este pequeno trabalho, que poderia talvez ser mais estimável, se fosse acompanhado de sábias reflexões; mas ajudando-me só de traduzir alguns lugares de Homero, a que alude Luciano, e isto para melhor inteligência dessas passagens; e ajuntando algumas de Políbio, e de Dionísio de Halicarnasso, por conterem em si também alguns preceitos sobre o mesmo assunto, pus nas mais pequenas explicações todo o cuidado em não enfatiar aos sábios, aos quais espero haja de agradar este pequeno volume, por ter em seus documentos matéria de tamanho preço, que pode por si mesma ganhar os ânimos de todos, ainda que das minhas mãos saia com pouco ornato, sendo como o mais precioso metal, que com pouco, ou nenhum feito, só porque é ouro, atrai a estimação dos homens.

Custódio José de Oliveira preparou 59 notas para o texto de sua tradução, que se divide em 64 parágrafos. Tradução que contém um parágrafo a mais do que as outras traduções consultadas em inglês, francês, espanhol, entre outras. Ao contrário das outras duas traduções setecentistas (trad. 1/1733; trad. 2/1733), a tradução de Custódio José de Oliveira (trad. 3/1771) ora condensa, ora desmembra matérias na disposição/paragrafação do texto. Caso do fecho do *Como se escreve a história* (parágrafo 63), que na apropriação de Custódio se localiza no parágrafo 64. Por contar com um parágrafo a mais, não significa que essa tradução tenha matérias a mais do que o texto base.

As notas da tradução de Custódio José de Oliveira são notas de erudição. Enciclopédicas e com características iluminadas, fornecem esclarecimentos sobre passagens e sobre personagens históricas. Diferenciam-se das notas das traduções do Frei Jacinto de S. Miguel e do Frei Manoel de S. Antônio na medida que incluem transcrições de trechos de preceptivas poético-retóricas, de poemas, de discursos históricos citados por Luciano ou inferidos pelo tradutor. Neste sentido, as notas da terceira tradução podem ser entendidas como comentários, subgênero histórico.

Além do número maior de notas em comparação com as traduções de 1733 e do número maior de parágrafos, a tradução de 1771 é acompanhada de uma tábua de matérias disposta ao lado esquerdo dos parágrafos, cujo aspecto didático pode ser entendido, pois facilitador da localização e da apreensão dos preceitos.

Lembro que o texto em grego não é acompanhado de notas. Neste sentido, o interlocutor constituído no (e por meio do) texto é pressuposto conhecedor daquilo que se trata na carta a Fílon. Os receptores empíricos são pressupostos desconhecedores das citações ou as notas funcionam como dispositivos que fazem com que estes reconheçam o que sabem, confirmado a doutrina.

Penso que as notas de Custódio José de Oliveira à sua tradução do *Como se escreve a história* satisfazem o decoro da sua posição de professor, cujo objetivo principal é a instrução pública. Lembro também que o tradutor do terceiro Luciano oferece seu trabalho ao “curioso leitor”, justificativa bastante plausível para o uso em abundância das anotações de Custódio José de Oliveira ao texto traduzido. Além do mais, a discrição e agudeza das traduções dos Freis Jacinto de São Miguel e Manoel do Santo Antônio não permitiriam notas à maneira de Custódio, pois o uso abusivo de notas demonstraria afetação.

As três traduções foram feitas, conforme dizem os letrados, diretamente do grego. Como demonstra Brandão, Fr. Jacinto de S. Miguel e Custódio José de Oliveira (trad. 1/1733 e trad. 3/1771) parecem ter consultado obra impressa, que tomou por base o manuscrito luciânico da família  $\gamma$ , enquanto que o Fr. Manoel de Santo Antônio (trad. 2/1733) pode ter utilizado outra impressão, com base no manuscrito da família  $\beta$ ,<sup>24</sup> embora os critérios retóricos utilizados para a segunda tradução indiquem ser os mesmo mobilizados na feitura da terceira tradução. Isto é, Fr. Manoel de Santo Antônio e Custódio José de Oliveira optam pela clareza, uma das categorias retóricas para a virtude do estilo. Já Fr. Jacinto de S. Miguel diz trabalhar a frase portuguesa à semelhança da frase grega, cujo critério retórico é a analogia.

Minha hipótese sobre a constituição de diferentes destinatários empíricos na produção das traduções, paralelamente a constituição do destinatário textual quando da composição do *Como se escreve a história*, pode ser atestada por meio da seguinte enumeração de prováveis leitores. As traduções de 1733 têm como receptores empíricos o 4º Conde de Ericeira e seu círculo de letrados acadêmicos, o editor das traduções e os autores das licenças. Lembro que Frei Manoel de Sá, parecerista da “Licença do Paço”, foi acadêmico da Academia Real de História de Portugal, o que possibilita pensar em um número maior de leitores de Luciano, uma vez que nada impede a divulgação das duas traduções de 1733 naquela academia. É possível incluir ainda os irmãos da Congregação de S. Jerônimo como receptores empíricos das traduções do *Como se escreve a história*. A tradução dedicada ao Marquês de Pombal (1771) tem como destinatários empíricos, provavelmente, os irmãos do hábito de S. Pedro, os alunos de grego (em Lisboa) de Custódio José de Oliveira, o Marquês de Pombal e seu círculo político; além deles, é claro, o “curioso leitor” a quem o tradutor se dirige no “Prólogo” da edição, oferecendo o “nosso Luciano” à “instrução pública”.

<sup>24</sup> Brandão 2008, 13.

A tradução datada de 1771 pode ser incluída na política de mercês, das concessões de graças, do pagamento de serviços prestados, que posso definir como rede clientelista de troca de favores, em oposição ao mecenato das duas primeiras traduções, que defino como incentivo e patrocínio das Belas Letras.

Lembro, com Carlos Moraes, que Custódio José de Oliveira foi encarregado, por resolução de 23 de julho de 1772, um ano após a publicação de sua tradução do *Como se escreve a história*, de elaborar o que seria o primeiro dicionário grego-português, trabalho que não chegou a concluir, mas pelo qual o Padre foi pago com uma pensão de duzentos mil réis.<sup>25</sup> Resolução que atesta a inclusão de Custódio José de Oliveira na política de mercês pombalina e não em uma mera relação de mecenato. Como docente de grego no Colégio dos Nobres, instituição criada e mantida pelo Estado sob o comando de Pombal, Custódio José de Oliveira recebia pagamento público.

Outro argumento em favor das relações políticas das mercês e não de mecenato, pois como propõe Fernanda Olival, mercê é a

disponibilidade para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso (...) Eram realidades a que grande parte da sociedade deste período [sécs. XVI, XVII e XVIII] se sentia profundamente vinculada, cada um segundo sua condição e interesse. Eis o que designamos por economia das mercês.

Olival demonstra que “servir a Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, torna-se quase um modo de vida, para diferentes setores do espaço social português”.<sup>26</sup>

Como propõe Ivan Teixeira, investigando as relações do Marquês de Pombal com “a arte de seu tempo”, mecenato pode ser definido pela identidade do discurso com as práticas políticas estabelecedoras desse mesmo discurso.<sup>27</sup> Teixeira estuda a poesia de Basílio da Gama e as poéticas de Francisco José Freire e de Luís Antônio Verney, entre outros letrados pombalinos, como o Padre Custódio José de Oliveira.

Teixeira analisa finamente as dedicatórias a D. José I (da tradução do *Sublime*) e ao Marquês de Pombal (da tradução do *Como se escreve a história*) escritas por Custódio, identificando diferenças pertinentes no uso do encômio.<sup>28</sup> Entretanto, ao incluir Custódio no mecenato pombalino, apaga (ou não especifica) a relação de mercê estabelecida entre primeiro ministro e

<sup>25</sup> Moraes 2000, 36, n. 24. A data da resolução é emblemática, pois marca o início da reforma do ensino português, parte da política de Pombal.

<sup>26</sup> Olival 2001, 18, 21.

<sup>27</sup> Teixeira 1999, 13.

<sup>28</sup> Teixeira 1999, 90–3.

tradutor, que se evidencia no final da dedicatória a Pombal. Custódio pede a Pombal que aceite sua tradução do *Como se escreve a história* como pagamento de gratidão pelas mercês recebidas:

Digne-se pois V. EXCELÊNCIA de aceitar este meu tributo, devido pelas razões, que deixo referidas, além das muitas, que concorrem da parte da minha gratidão pelas insignes mercês, que a V. EXCELÊNCIA devo.

Para finalizar, lembro que, até o momento, as traduções das quais me ocupei não foram reeditadas tanto no Brasil quanto em Portugal. Muito menos reeditadas com atualização ortográfica, estabelecimento dos textos, acompanhadas de índices e de estudo introdutório, como proponho. Ao constatar essa lacuna editorial, preparei uma nova edição das três traduções portuguesas do século 18 do *Como se escreve a história*, conforme anunciei no início desta palestra, como resultado parcial de minha pesquisa de Pós-doutoramento junto ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp).<sup>29</sup> Nesse Pós-doutoramento, estudei preceptivas de gênero histórico dos séculos XVI ao XVIII. Em razão de o *Como se escreve a história* ser interpretado nesses séculos como um tratado histórico, não como um texto ficcional, incluí na pesquisa o estudo minucioso e reedição dessas traduções portuguesas setecentistas.

Atualizei a ortografia dos textos e preparei índices onomástico e de matérias. Devido ao crescente interesse por Luciano de Samósata, em especial no Brasil e, em particular, sobre o *Como se escreve a história*, penso que esta edição pode contribuir para que novos estudos sobre a obra e o autor venham a surgir.<sup>30</sup> Penso que os textos interessam a estudiosos de história, filosofia e letras, especialmente aos que pesquisam a historiografia portuguesa do século XVIII e aos que trabalham com traduções de textos antigos.

Atualizei ortografia no estabelecimento dos textos, mas não alterei a pontuação setecentista das três traduções portuguesas do *Como se escreve a história*. Penso a pontuação como um procedimento retórico. Alterá-la seria mutilar o texto, atribuindo possíveis sentidos inverossímeis ou contraditórios ao pensamento construído no (e por meio do) texto. Não alterei a sintaxe dos textos, mantendo as diferenças de tradução, como será possível

<sup>29</sup> Trabalho sob a supervisão do Prof. Dr. Alcir Pécora e com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), profissional e instituição aos quais agradeço.

<sup>30</sup> Refiro-me, por exemplo, aos trabalhos de Pedro Ipiranga Júnior, Deise Zandoná e de André Lemos Lopes. Cf. P. Ipiranga Júnior. "Encruzilhada luciânica: modo de escrita da história, poesia e retórica". (com. oral). In: *XXIV Simpósio Nacional de História* (ANPHU-2007); D. Zandoná. "Luciano de Samósata e o tonel de Diógenes: história e retórica na Roma imperial". (com. oral). In: *XIV Colóquio do GIPSA: a retórica e o retor*; A. Leme-Lopes (2002). *Como se deve escrever a história verdadeira: verdade, história e ficção segundo Luciano de Samósata*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.

verificar por meio da leitura dos próprios textos, ou por meio de um cotejamento deles. Modifiquei apenas aspectos que não pudessem adulterar os artefatos, como:

- (a) no caso de vocábulos grafados em uma variante setecentista em desuso, optei pelo registro usual de hoje, mas fazendo notas em que transcrevo *ipsis literis* os registros ortográficos do século 18 dos textos;
- (b) cortei as repetições de palavras quando estas ocorriam entre o final de uma página e o início de outra, como era hábito no tempo da edição dos textos;
- (c) optei por transcrever os textos sem a separação silábica das palavras, diferentemente das edições setecentistas.

Outros critérios de transcrição e estabelecimento dos textos podem ser enumerados como se segue:

- (d) mantive o uso de maiúsculas no início de palavras, como “músico”, “política”, “moral”, entre outras. Hoje não se grafaria esse tipo de palavras com iniciais maiúsculas, porém em respeito ao costume setecentista de substancializar certos termos, optei pela manutenção das maiúsculas. Penso que se alterasse esse procedimento, alteraria o sentido de certas passagens dos textos;
- (e) numerei os parágrafos para facilitar possíveis citações ou localizações;
- (f) as informações a respeito de personagens históricas, de aspectos mitológicos e geográficos, entre outras, presentes no índice onomástico que preparei, foram feitas, basicamente, a partir da *The New Encyclopaedia Britannica*;
- (g) quanto à diagramação e à paginação dos textos segundo as edições setecentistas, embora não as tenha mantido, faço sinalizações, entre barras (/ /), dos fólhos correspondentes da paginação das edições setecentistas de cada uma das traduções;
- (h) mantive o itálico das edições setecentistas dos textos.

Finalmente, preparei um índice das principais matérias (aproximadamente 61 matérias no total) do *Como se escreve a história*, localizando-as nos respectivos parágrafos de cada uma das traduções, pois, na maioria das vezes, não há coincidência de paragrafação do texto nas diferentes traduções. Neste sentido, além de facilitar localizações, o índice de matérias pode se prestar a estudos futuros das traduções em questão, porque auxiliam o leitor a localizar diferenças dos textos. Para além disso, o índice de matérias funciona como uma espécie de interpretação do *Como se escreve a história*.

Ler as traduções portuguesas do século 18 do *Como se deve escrever a história* pode significar não ler Luciano de Samósata, mas valores e usos

setecentistas produzidos com o texto. Por essa razão é que tratei e não tratei de Luciano, mas da fabricação portuguesa de imagens (retratos) setecentistas do polígrafo.

## REFERÊNCIAS

- Brandão, J. L. 2008. "Como se devem verter os antigos: Luciano e o século XVIII português". In *NT* 1:1-22.
- Brandão, J. L. 2009. Luciano de Samósata, *Como se deve escrever a história*. Tradução, notas, apêndices e o ensaio Luciano e a história por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura.
- Carvalho, R. 1959. *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa, 1761-1772*. Coimbra.
- Carvalho, L. Ramos. 1978. *As reformas pombalinas de instrução pública*. São Paulo.
- Fernandes, A. 1981. "Este Luciano, ou a literatura executada como um assassinato". In Luciano, *História verdadeira, Lúlios ou o burro, Elogio da mosca, O parasita ou o papa-jantares*. Prefácio e tradução de Aníbal Fernandes. Lisboa: Publicações Culturais Engrenagem.
- Hansen, J. A. 1995a. "O nu e a Luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega 1549-1558." *RIEB* 38.
- Hansen, J. A. 1995b. "Teatro da Memória: Monumento Barroco e Retórica". *Revista do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC)* 2. Ouro Preto.
- Hansen, J. A. 1997. "Notas de Aula e Programa de Disciplina". In: *Práticas de Representação dos séculos XVII e XVIII*. Curso de Pós-graduação. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Hansen, J. A. 2000. "Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): O decoro". *Discurso – Revista do Departamento de Filosofia da USP* 31. São Paulo.
- Hespanha, A. M. 1993. "Les autres raisons de la politique – L'économie de la grâce". In *Recherche sur l'histoire de l'État dans le monde ibérique*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure.
- Hespanha, A. M. 2000. "Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, Padroados e Comendas". In *História de Portugal*, coord. J. Teggarrinha. São Paulo.
- Luciano. 1733. *Arte histórica de Luciano Samosateno, traduzida de grego em duas versões portuguesas pelos Reverendos Padres Fr. Jacinto de S. Miguel, Cronista da Congregação de S. Jerônimo, e Fr. Manoel de Santo Antonio, Monge da mesma Congregação em Portugal*. Lisboa Ocidental: Off. da Música.
- Luciano. 1771. *Sobre o modo de escrever a História*. Trad. Custódio José de Oliveira. Lisboa: Régia Off. Typ.
- Luciano. 1804. *Sobre o modo de escrever a História*. Tradução de Custódio José de Oliveira. Segunda edição novamente corrigida e adicionada em suas notas. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- Luciano. 1989. *Diálogos dos mortos*. Introdução, versão do grego e notas de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

- Olival, F. 2001. *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora.
- Oliveira, Custódio J. 1984. *Tratado do Sublime de Dionísio Longino*. Introdução e atualização do texto por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Machado, D. B. 1931. *Biblioteca Lusitana*. 2ª ed. Lisboa.
- Maxwell, K. 1997. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moraes, C. 2000. *A gramática de grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma pombalina*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sinkevisque, E. 2010. “Três traduções portuguesas do século XVIII do ‘Quo modo historia’ de Luciano de Samósata: contribuição para os estudos de recepção”. In *Ficção e história – Encontros com Luciano*, org. J. K. Eugênio, 75–89, 203–230.
- Teixeira, I. 1999. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a Poética do Encômio*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- Tesauro, E. 1986. “Argúcias Humanas”. In *Il Cannocchiale Aristotelico. ossia idea delle argutezze heroiche volgarmente chiamata impresso examine infonte co’ rettorici precetti del divino Aristotele, che comprendono tutta la Retorica e la Poética Elocuzione*. Torino: Sinibaldo, 1670. Trad. por Gabriela Cipollini e João Adolfo Hansen. Mimeo. São Paulo: USP.
- Tin, E. 2005. “Introdução”. In *A Arte de Escrever Cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora da Unicamp.



*Title.* Three Lucian of Samosata’s images from the XVIIIth century.

*Abstract.* The text presents three Portuguese translations from the XVIIIth century of *The Way to Write History* by Lucian of Samosata (II AD) by Friar Jacinto de São Miguel (1733), Friar Manoel de Santo Antonio (1733) and Custódio José de Oliveira (1771); of their academic groups, political circles and some of their uses. These eighteenth-century translations present different Lucians. A discreet (agreeable) Lucian; an understood (useful) Lucian, and a public instructor (intended to the “curious reader”) one. In this sense each translation studied can be read as an ekphrasis, a Lucian of Samosata’s image created as an auctoritas as per criteria and uses proposed by the translators and by their interlocution relationships.

*Keywords.* Classical reception; rhetoric; translation; *The Way to Write History*; Lucian of Samosata.